MINISTÉRIO DA SAÚDE**Gabinete do Ministro**

Despacho n.º 21 157/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, determino que o licenciado Jorge Manuel Pereira Martins, presidente do conselho de administração do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede assumam também as competências inerentes ao cargo de director clínico daquele Hospital.

O presente despacho produz efeitos reportados a 6 de Setembro de 2005.

16 de Setembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Administração Regional de Saúde do Alentejo**Sub-Região de Saúde de Évora**

Despacho (extracto) n.º 21 158/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Março de 2005 da presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo:

Marília de Jesus Vaz Rasquinho, enfermeira graduada, colocada no Centro de Saúde de Viana do Alentejo — autorizada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, a equiparação a bolseiro no País para frequentar o curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia, por um período de dois anos, na Escola Superior de Enfermagem São João de Deus, em Évora, o qual tem início em 16 de Março de 2005 e término em 28 de Fevereiro de 2007, com dispensa parcial das funções.

22 de Setembro de 2005. — O Coordenador, *Martinho Vieira*.

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo**Sub-Região de Saúde de Setúbal**

Despacho n.º 21 159/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 30 de Agosto de 2005, no uso de competência subdelegada, foi autorizada a equiparação a bolseiro para frequência do curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria da Escola Superior de Enfermagem de São Vicente de Paulo, no período de 19 de Setembro de 2005 a 17 de Fevereiro de 2006, com efeitos à data do despacho, de Francisca Maria Pardal Carraça, enfermeira graduada integrada no Centro de Saúde da Cova da Piedade, em tempo inteiro, trinta e cinco horas semanais, no período de 19 a 30 de Setembro de 2005, e em tempo parcial, dez horas semanais, de 1 de Outubro a 16 de Dezembro de 2005. O período que decorrerá de 3 de Janeiro a 10 de Fevereiro de 2006 será a tempo inteiro, sendo que o horário a praticar no serviço dependerá do horário a cumprir durante o período de estágio. No período de férias escolares não haverá lugar a qualquer dispensa de serviço. (Não carece de fiscalização prévia.)

21 de Setembro de 2005. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Eduarda Paula Régio*.

Despacho n.º 21 160/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 30 de Agosto de 2005, no uso de competência subdelegada, foi autorizada a equiparação a bolseiro, com efeitos à data do despacho, de Paula Cristina dos Santos Belo, enfermeira graduada integrada no Centro de Saúde do Bonfim, em tempo parcial, três dias por semana, excepto no período de férias escolares, para a frequência do curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia da Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus, em Évora, no período de 26 de Setembro de 2005 a 27 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia.)

21 de Setembro de 2005. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Eduarda Paula Régio*.

Administração Regional de Saúde do Norte**Sub-Região de Saúde do Porto**

Despacho n.º 21 161/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, e para os devidos efeitos, delego, na qualidade de director do Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde, a competência de sancionamento dos termos de responsabilidade emitidos para o acesso dos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde à realização de tomografias axiais computadorizadas (TAC) em centros de diagnóstico privado/convenção, previsto no n.º 1 no despacho ministerial n.º 16/94, de 5 de Abril, e sancionamento de termos de responsabilidade emitidos para acesso dos utentes do Serviço Nacional de Saúde à medicina física e de reabilitação, previsto no despacho ministerial n.º 15/99, de 5 de Abril, bem como oxigenoterapia, aspiradores de secreção, nebulizadores e afins, aerossolterapia, termalismo, credenciais de transporte e outros exames complementares de diagnóstico, no Dr. Joaquim Manuel da Silva Madureira, chefe de serviço de clínica geral.

12 de Setembro de 2005. — O Director do Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde, *Carlos Valente*.

Direcção-Geral da Saúde**Centro Hospitalar de Torres Vedras**

Aviso n.º 8664/2005 (2.ª série). — Torna-se público que, por despacho de 15 de Setembro de 2005 do conselho de administração deste Centro Hospitalar, foi anulado o concurso interno geral de ingresso para chefe de repartição, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 16 de Abril de 2004.

22 de Setembro de 2005. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *José António Ferrão*.

Hospitais Cívicos de Lisboa**Maternidade do Dr. Alfredo da Costa**

Aviso n.º 8665/2005 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para um lugar de técnico especialista de dietética do quadro de pessoal da Maternidade Dr. Alfredo da Costa.* — 1 — Torna-se público que, por deliberações do conselho de administração da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa de 8 de Março e de 2 de Maio de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, concurso interno geral de acesso para o preenchimento de um lugar de técnico especialista de dietética da carreira de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal desta Maternidade, aprovado pela Portaria n.º 296/97, de 6 de Maio.

2 — O presente concurso rege-se pelas disposições legais contidas no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, no n.º 3.º da Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio, e na Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar posto a concurso e esgota-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — ao cargo de técnico especialista correspondem as funções definidas no n.º 1 do n.º 3.º da Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio, e no artigo 6.º e no n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5 — Local de trabalho e vencimento — Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, Rua de Viriato, 1069-089 Lisboa; o vencimento do lugar a prover é o correspondente à tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6 — Condições de candidatura — são requisitos gerais e especiais:

- a) Os definidos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro;
- b) Ser técnico principal com, pelo menos, três anos de exercício de funções na categoria e avaliação de desempenho de *Satisfaz*.

7 — Método de selecção:

- a) Prova pública de discussão curricular, que consiste na apreciação e discussão do currículo profissional do candidato.

8 — A classificação final será obtida em conformidade com os critérios consignados na Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

9 — Formalização de candidatura:

9.1 — Os candidatos deverão apresentar requerimento, dirigido ao conselho de administração da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, Rua de Viriato, 1069-089 Lisboa, o qual deverá ser entregue no Serviço de Pessoal, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, o qual considera-se dentro do prazo legal se o registo for datado até ao último dia do prazo fixado.

10 — Dos requerimentos deverão constar, além do pedido de admissão ao concurso, os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias e profissionais;
- c) Categoria e natureza do vínculo;
- d) Identificação do concurso a que se candidata mediante referência ao número, data e série do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;
- e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento;
- f) Declaração, sob compromisso de honra, em como reúne os requisitos gerais de provimento para funções públicas, constantes do n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro;
- g) Quaisquer outros elementos que repute susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

11 — Juntamente com o requerimento deverão ser entregues os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida pelo serviço de origem da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço obtida nos anos relevantes para a promoção;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Documento comprovativo das habilitações profissionais;
- d) Três exemplares do *curriculum vitae*, devidamente datados, assinados e rubricados.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

15 — Local de afixação de resultados — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final, bem como quaisquer outros elementos julgados necessários, serão afixados no *placard* existente no átrio da porta principal desta Maternidade, sendo os candidatos externos à Maternidade do Dr. Alfredo da Costa notificados através de ofício registado.

16 — Igualdade entre homens e mulheres — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 — A constituição do júri será a seguinte:

Presidente — Maria Manuel Basto Cerqueira Oliveira, técnica especialista de 1.ª classe da área de dietética do quadro de pessoal do Hospital de Santo André, S. A., Leiria.

Vogais efectivos:

Isabel Maria Schaverien Vaz Guedes Sá da Bandeira, técnica especialista de 1.ª classe da área de dietética do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Cascais.

João Carlos Barata Henriques, técnico especialista da área de dietética do quadro de pessoal do Hospital de São Francisco Xavier, S. A.

Vogais suplentes:

Odete Bernardina da Cruz Cardinhos Fernandes dos Santos, técnica especialista da área de dietética do quadro de pessoal do Hospital de D. Estefânia.

Maria Filomena Parreira Jacinto Pereira Borges, técnica especialista da área de dietética do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Cascais.

17.1 — O presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

12 de Setembro de 2005. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Margarida Moura Theias*.

Aviso n.º 8666/2005 (2.ª série). — *Concurso interno de ingresso na categoria de chefe de repartição.* — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por deliberações do conselho de administração da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa de 9 de Março de 2004 e de 25 de Janeiro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, concurso interno de ingresso para preenchimento de um lugar de chefe de repartição, na área de gestão de pessoal, constante do quadro de pessoal desta Maternidade, aprovado pela Portaria n.º 296/97, de 6 de Maio.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga existente e cessa com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho;
Decreto-Lei n.º 225/91, de 18 de Junho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho; e
Decreto-Lei n.º 442/94, de 15 de Novembro, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional do lugar a prover está relacionado com a coordenação e chefia na área de gestão de pessoal, nos termos do anexo I da Portaria n.º 296/97, de 6 de Maio.

5 — Requisitos gerais e especiais de admissão — poderão candidatar-se todos os funcionários que até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas reúnam os requisitos previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, bem como os do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, articulado com o Decreto-Lei n.º 225/91, de 18 de Junho.

6 — Local de trabalho — na Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, Rua de Viriato, 1069-089 Lisboa.

7 — Remuneração e condições de trabalho — o lugar a prover é remunerado pelo índice correspondente à categoria a que se refere o concurso, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao conselho de administração da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa e entregue na Secção de Pessoal desta Maternidade durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo fixado neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 deste aviso, dele devendo constar a menção dos seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, número fiscal, morada e telefone);
- b) Indicação da categoria que detém e qual a natureza do vínculo;
- c) Habilitações literárias;
- d) Lugar a que se candidata e identificação do concurso mediante referência ao número, à data e à série do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;
- e) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de admissão ao concurso, a que se refere o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar relevantes para a apreciação do seu mérito ou por constituírem motivo de preferência legal, os quais serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;
- g) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.